

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº 08304/2026)

O Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, CRO-MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que o(a) pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria CRO-MG nº 013/2025, de 23 de janeiro de 2025, realizará certame licitatório, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DIA: 10/06/2026

HORÁRIO: 09h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 389233

MODO DE DISPUTA: Aberto

DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços visando a eventual e futura aquisição de equipamentos de tecnologia da informação de perfil corporativo. A solução contempla monitores, notebooks e computadores desktop ultracompactos destinados à modernização e renovação do parque tecnológico do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG).

1.2. A licitação será realizada por itens, conforme as especificações e quantitativos estimados descritos na tabela abaixo:

Item	Descrição Resumida do Objeto	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Monitores: LED/LCD, painel IPS (ou equiv.), 23,8" a 24", Full HD/WUXGA, ajustes	Unid.	54	1.635,92	88.339,68

Item	Descrição Resumida do Objeto	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
	ergonômicos (altura, inclinação, giro, pivô).				
2	Notebooks: Processador x86-64 (mín. 10 núcleos), 16GB RAM DDR5, SSD 240GB NVMe, Tela 14", Windows 11 Pro, Garantia 36 meses on-site.	Unid.	30	7.566,30	226.989,00
3	Computadores (Desktop Ultracompacto): Processador x86-64 (mín. 10 núcleos), 16GB RAM DDR5, SSD 240GB NVMe, Formato USFF/Mini, Windows 11 Pro, Garantia 36 meses on-site.	Unid.	20	7.161,00	143.220,00
TOTAL					458.548,68

- 1.3. Os equipamentos fornecidos deverão ser obrigatoriamente de primeiro uso (novos) e pertencer à linha corporativa vigente do fabricante, não sendo aceitos modelos destinados ao uso doméstico, gamer ou educacional.
- 1.4. Além do fornecimento dos equipamentos, a contratação inclui a garantia técnica mínima de 36 (trinta e seis) meses com atendimento no local de instalação (on-site), preferencialmente no regime Next Business Day (NBD).
- 1.5. O critério de julgamento desta licitação será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 1.6. Esta contratação está alinhada ao **Plano de Contratações Anual (PCA 2026)** do CRO-MG e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021.

- 1.7. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto, descritas no site www.comprasnet.gov.br, e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as do edital.
- 1.8. Na hipótese de renovação/prorrogação da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame, haverá recomposição integral dos quantitativos dos itens registrados, retornando-se aos quantitativos originalmente estimados para contratação, desde que mantidas as condições de vantajosidade e interesse público.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6 A obtenção do benefício do tratamento favorecido fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

- 3.8 Também será assegurada preferência, como critério de desempate, aos bens produzidos no país ou que atendam a normas técnicas brasileiras, conforme previsto no Termo de Referência e na legislação vigente.
- 3.9 Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.9.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.9.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.9.8 agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.9.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.9.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10 O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13 O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.15 A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de julgamento e lances, os licitantes deverão encaminhar, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta de preço por meio do sistema eletrônico. O envio deve observar rigorosamente a data e o horário limite estabelecidos para a abertura da sessão pública, conforme as regras gerais de participação definidas neste Edital.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6 A falsidade de qualquer das declarações prestadas pelo licitante para fins de participação neste certame — especialmente as relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à condição de microempresa ou empresa de pequeno porte — sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas de penalidades deste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1 Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2 Marca;
 - 5.1.3 Fabricante;
 - 5.1.4 Quantidade;
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital e seus anexos.
- 5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,10 (dez centavos.)*.
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21 Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:
- 6.21.1 Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:
- 6.21.1.1 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- 6.21.1.2 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.21.1.3 bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.21.2 Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.21.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.21.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.21.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.21.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.21.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.21.4 As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2 empresas brasileiras;

6.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os critérios deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.2 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.3 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

- 7.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.13** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.14** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.16** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.18** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.19** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.20** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.21** Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de **10(dez)** dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.
- 7.22** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.
- 7.23** A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.
- 7.24** Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

- 7.25 A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 7.26 Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 7.27 Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.
- 7.28 Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.
- 7.29 Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.
- 7.30 Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 7.31 No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.
- 7.32 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- 8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Edital e seus anexos somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15 Caso o licitante não atenda aos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, até que seja selecionada uma proposta que atenda plenamente às condições deste Edital, respeitados os prazos para envio de documentos e as regras de negociação estabelecidas na sessão pública.
- 8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 8.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19 Da Habilitação Jurídica

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades comerciais ou por ações;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.20 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

8.21 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- b) Comprovação de índices de **Liquidez Corrente (LC)**, **Liquidez Geral (LG)** e **Solvência Geral (SG)** superiores a **1,0 (um)**;
- c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.22 Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica: Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou fornecimento de equipamentos de informática (monitores, notebooks ou desktops) de características compatíveis com o objeto desta licitação;
- b) **Declaração de Rede Autorizada:** Declaração assinada pelo licitante informando que o fabricante dos equipamentos ofertados possui rede autorizada de assistência técnica em território nacional, capaz de garantir o atendimento **on-site** e o regime **Next Business Day (NBD)** exigidos
- c) **Comprovação de Linha Corporativa:** Folder técnico ou declaração do fabricante atestando que os equipamentos ofertados pertencem à linha corporativa vigente, não sendo modelos de linha doméstica ou gamer.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços,

cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1.1 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

- 12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. Dar causa à inexecução parcial que apresente grave vício de fabricação ou divergência técnica (ex: entrega de linha não corporativa);
- 12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.1.5. Não manter a proposta, salvo por fato superveniente justificado;
- 12.1.6. Não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços quando convocado;
- 12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 12.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- 12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato inidôneo;
- 12.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Na aplicação das sanções, o CRO-MG considerará a gravidade da infração, a reincidência e os danos causados. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

12.2.1. Advertência: Por faltas leves que não prejudiquem a rotina institucional.

12.2.2. Multa:

a) Por atraso (Mora): 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da respectiva Nota de Empenho, limitada a 20% do valor total;

b) Por inexecução parcial ou total: Até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item, especialmente se entregues equipamentos de linha doméstica/gamer em desacordo com o TR;

c) Por descumprimento de SLA de Garantia: 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no atendimento técnico on-site (NBD), após o prazo de abertura do chamado.

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar: Pelo prazo de até 3 (três) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade: Para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3. Para as infrações previstas nos itens **12.1.4, 12.1.5 e 12.1.6**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato, caso não se apliquem as multas específicas por atraso ou inexecução.

12.4. Para as infrações graves previstas nos itens **12.1.8, 12.1.9 e 12.1.10**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CRO-MG ou cobrado judicialmente.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* licitacao@cromg.org.br.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cromg.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Listas?id=b4799996-3f75-4abb-92ec-b26d6b612127>.
- 14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1 ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.3 ANEXO III – Modelo de Proposta

Belo horizonte/MG, 22 de maio de 2026

Marina Mendes Moreira
Presidente do CROMG



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº _____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08304/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS (CRO-MG). **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:** [NOME/RAZÃO SOCIAL], CNPJ nº [00.000.000/0000-00].

Pelo presente instrumento, o **CRO-MG** e a empresa acima identificada registram os preços para eventual aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, observando as cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Esta Ata registra os preços dos itens descritos abaixo, conforme especificações do Termo de Referência:

Item	Descrição	Unid.	Marca/Modelo	Qtd.	Preço Unit.	Preço Total
1	Monitores Corporativos	Unid.		54	R\$	R\$
2	Notebooks Corporativos	Unid.		30	R\$	R\$
3	Desktops Ultracompactos	Unid.		20	R\$	R\$

2. DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO

2.1. A Ata terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante comprovação da vantagem econômica.

2.2. A existência de preços registrados não obriga o CRO-MG à contratação, podendo o órgão realizar licitação específica se for mais vantajoso.

2.3. As contratações serão formalizadas via Nota de Empenho ou Contrato, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Em caso de renovação/prorrogação da vigência da presente Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados serão integralmente recompostos, restabelecendo-se os saldos originalmente previstos para todos os itens registrados, observadas a vantajosidade para a Administração, a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável.

3. DA ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES ("CARONAS")

3.1. Órgãos da Administração Pública que não participaram da licitação poderão aderir a esta Ata mediante autorização do CRO-MG e aceitação do fornecedor. 3.2. **Limites de Adesão:**

- **Por órgão:** Até 50% do quantitativo registrado para cada item.
- **Total de adesões:** Não poderá exceder o dobro (100%) do quantitativo de cada item registrado nesta Ata.

4. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1. Os preços registrados são fixos, mas podem ser revistos em caso de força maior ou fatos imprevisíveis que alterem os custos, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Se o preço de mercado tornar-se inferior ao registrado, o CRO-MG convocará o fornecedor para negociar a redução. Caso não aceite, o fornecedor será liberado do item sem penalidades.

4.3. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor poderá pedir revisão ou cancelamento do registro, desde que comprove a inviabilidade do valor inicialmente pactuado.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O registro do fornecedor será cancelado se este:

- Descumprir as condições da Ata ou do Edital sem justificativa.
 - Não retirar o empenho ou assinar o contrato no prazo estabelecido.
 - Sofrer sanção de impedimento ou inidoneidade.
- 5.2. O cancelamento também poderá ocorrer por interesse público devidamente motivado.

6. DAS PENALIDADES E CONDIÇÕES GERAIS

6.1. O descumprimento desta Ata sujeita o fornecedor às sanções descritas na **Seção 12 do Edital**, incluindo multas por atraso e inexecução. 6.2. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 90006/2026 e o Termo de Referência.

6.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir eventuais litígios.

Belo Horizonte/MG, [Data].

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS
CONTRATANTE

CONTRATADO (Fornecedor)

Anexo III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Papel Timbrado da Empresa)

Ao: Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG)

Ref.: Pregão Eletrônico nº 9000X/2026

Processo Administrativo nº 08304/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

- Razão Social: [Preencher]
- CNPJ: [Preencher]
- Endereço: [Preencher]
- Dados Bancários: [Banco, Agência e Conta Corrente] com exceção do Banco do Brasil, transação para outros bancos, havendo taxa, será por conta da Contratada.
- Representante Legal: [Nome, CPF, E-mail e Telefone]

2. PROPOSTA DE PREÇOS

Nos valores abaixo estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, incluindo fretes, tributos, encargos trabalhistas e a garantia on-site exigida.

Item	Descrição do Objeto	Marca / Modelo	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Monitores Corporativos: 23,8" a 24", Painel IPS, Full HD/WUXGA, Ajustes Ergonômicos (NR-17)		54		
2	Notebooks Corporativos: Mín. 10 núcleos, 16GB DDR5, SSD 240GB, Win 11 Pro, Tela 14" .		30		
3	Desktops Ultracompactos (USFF): Mín. 10 núcleos, 16GB DDR5, SSD 240GB, Win 11 Pro .		20		
TOTAL					R\$

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES GERAIS

- Garantia Técnica: Mínimo de 36 (trinta e seis) meses para todos os itens, na modalidade on-site (no local de instalação).

- Prazo de Atendimento: Atendimento técnico preferencialmente em regime *Next Business Day* (NBD - próximo dia útil).
- Qualidade: Equipamentos novos, de primeiro uso e de fabricação recente.
- Perfil: Linha estritamente corporativa do fabricante, não sendo ofertados modelos de uso doméstico, gamer ou educacional.
- Sistema Operacional: Windows 11 Pro 64 bits OEM (Brasil), devidamente licenciado e compatível com domínio Active Directory/GPO.

4. CONDIÇÕES COMERCIAIS

- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- Prazo de Entrega: Até 60 (sessenta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.
- Local de Entrega: Sede do CRO-MG em Belo Horizonte/MG.
- Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após o Recebimento Definitivo e apresentação da Nota Fiscal.

5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaramos que estamos cientes e concordamos com todos os termos do Edital e seus anexos. Declaramos, ainda, que os preços ofertados são firmes e não serão objeto de pleito de alteração por erro ou omissão.

[Local], [Dia] de [Mês] de 2026.

(Assinatura do Representante Legal)

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo de Compra nº 08304/2026**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente contratação é a **aquisição de equipamentos de tecnologia da informação de perfil corporativo**, incluindo monitores, notebooks e computadores desktop ultracompactos, destinados à modernização e renovação do parque tecnológico do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG).
- 1.2. A licitação será realizada para fins de **Registro de Preços**, visando a eventual e futura aquisição dos itens conforme a conveniência e necessidade da Administração, conforme detalhado na tabela abaixo:

Item	Descrição Resumida do Objeto	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Monitores: LED/LCD, painel IPS (ou equiv.), 23,8" a 24", Full HD/WUXGA, ajustes ergonômicos (altura, inclinação, giro, pivô).	Unid.	54	1.635,92	88.339,68
2	Notebooks: Processador x86-64 (mín. 10 núcleos), 16GB RAM DDR5, SSD 240GB NVMe, Tela 14", Windows 11 Pro, Garantia 36 meses on-site.	Unid.	30	7.566,30	226.989,00
3	Computadores (Desktop Ultracompacto): Processador x86-64 (mín. 10 núcleos), 16GB RAM DDR5, SSD 240GB	Unid.	20	7.161,00	143.220,00

Item	Descrição Resumida do Objeto	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
	NVMe, Formato USFF/Mini, Windows 11 Pro, Garantia 36 meses on-site.				
TOTAL					458.548,68

- 1.3. A solução contempla não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também a garantia técnica mínima de **36 (trinta e seis) meses** com atendimento no local de instalação (on-site).
- 1.4. Os equipamentos deverão ser obrigatoriamente de **linha corporativa**, não sendo aceitos modelos destinados ao uso doméstico, gamer ou educacional.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme detalhado no **Estudo Técnico Preliminar nº 076163/2026**, a presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização e renovação do parque tecnológico do CRO-MG. A iniciativa visa garantir o desempenho adequado às atividades institucionais, assegurando a continuidade operacional, a segurança da informação e a melhoria das condições de trabalho dos usuários.

2.2. A necessidade de intervenção justifica-se pelo fato de que parte significativa do inventário atual apresenta obsolescência tecnológica e desempenho insuficiente para as demandas de softwares corporativos modernos. O uso de equipamentos defasados acarreta um elevado custo de manutenção e risco de indisponibilidade de serviços críticos.

2.3. A aquisição de equipamentos de **perfil corporativo** permitirá alcançar os seguintes resultados estratégicos:

- **Substituição de Ativos Obsoletos:** Troca de equipamentos com desempenho insuficiente por tecnologias de geração atual (mínimo 10 núcleos e memória DDR5);
- **Padronização e Eficiência:** Uniformização do ambiente computacional, facilitando o suporte técnico, a gestão remota via Active Directory e a aplicação de políticas de grupo (GPO);
- **Conformidade Ergonômica:** Adequação dos postos de trabalho às normas de saúde (NR-17) através do uso de monitores com ajustes de altura, inclinação e tecnologias de redução de fadiga visual ;
- **Otimização de Custos (TCO):** Redução do Custo Total de Propriedade através de equipamentos com maior vida útil, menor consumo energético e garantia *on-site* de 36 meses;
- **Mobilidade e Colaboração:** Melhor suporte às atividades de videoconferência e trabalho híbrido com notebooks dotados de câmeras Full HD e microfones integrados.

2.4. A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** justifica-se pela natureza da demanda, permitindo que a Administração realize aquisições de forma parcelada, conforme a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa, sem a necessidade de estocagem imediata de todo o quantitativo previsto.

2.5. A contratação está estritamente alinhada ao **Plano de Contratações Anual (PCA 2026)** e observa os princípios de eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, representando o melhor aproveitamento dos recursos públicos para a viabilidade operacional de setores fundamentais como **Fiscalização, Inscrição, RH e Contabilidade**.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente contratação e os atos dela decorrentes reger-se-ão, obrigatoriamente, pelos dispositivos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

3.2. A utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** fundamenta-se no **Art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, bem como no **Decreto Federal nº 11.462/2023**, que regulamenta o registro de preços para a contratação de bens e serviços.

3.3. Para os aspectos técnicos e específicos do objeto, a contratação observa:

- **Instrução Normativa SGD/MGI nº 94/2022:** Que estabelece normas para o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;
- **Norma Regulamentadora NR-17 (Ministério do Trabalho e Emprego):** Visando garantir a adequação ergonômica dos postos de trabalho através dos requisitos técnicos dos monitores;
- **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):** No que tange à logística reversa e ao descarte sustentável dos equipamentos obsoletos substituídos;
- **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD):** Considerando que os equipamentos darão suporte ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Conselho.

3.4. O planejamento da contratação está em estrita conformidade com o **Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 076163/2026** e com o **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026** do CRO-MG.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1 Monitores Corporativos

Especificações mínimas:

- **Tecnologia de Pannel:** LED/LCD com pannel IPS ou tecnologia equivalente.
- **Tamanho de Tela:** Entre 23,8" e 24".
- **Resolução:** Mínima de 1920 X 1080 (Full HD), sendo preferencial 1920 X 1200 (WUXGA - 16:10).
- **Desempenho de Imagem:** Taxa de atualização mínima de 75 Hz (ideal ≥ 100 Hz); Brilho ≥ 250 cd/m²; Contraste $\geq 1000:1$; Ângulo de visão de 178°/178°.
- **Fidelidade de Cor:** Cobertura de cor $\geq 99\%$ sRGB.
- **Ergonomia Completa (NR-17):** Ajustes obrigatórios de altura, inclinação, giro (swivel) e pivô (rotação 90°).
- **Conectividade Mínima:** 1x HDMI e 1x DisplayPort.
- **Saúde e Sustentabilidade:** Tecnologia de redução de luz azul (via hardware), Flicker-free (sem cintilação), consumo em standby $\leq 0,5$ W e certificação ENERGY STAR ou equivalente.
- **Montagem:** Compatibilidade com padrão VESA 100 \100 mm.
- **Garantia:** Mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

4.2 Notebooks Corporativos

Especificações mínimas:

- **Processamento:** Arquitetura x86-64, geração atual, com no mínimo 10 núcleos físicos e frequência turbo mínima de 4,5 GHz. Suporte a tecnologias de virtualização e gerenciamento corporativo (Intel vPro ou equivalente);
- **Memória:** Mínima de 16 GB DDR5 (mínimo 5200 MT/s), expansível para no mínimo 32 GB;
- **Armazenamento:** SSD NVMe PCIe de no mínimo 240 GB, interface M.2;
- **Tela:** Mínima de 14 polegadas, antirreflexo, resolução mínima Full HD+ (1920 X 1200), brilho mínimo de 300 nits e proporção 16:10;
- **Conectividade:** Wi-Fi 6 (ou superior), Bluetooth 5.x, 1x porta USB-C (com suporte a dados, vídeo e carregamento), 2x portas USB 3.x e interface Ethernet Gigabit (nativa ou via adaptador);
- **Multimídia:** Webcam Full HD integrada com obturador físico de privacidade, microfones digitais e alto-falantes integrados.;
- **Segurança:** Módulo TPM 2.0, compatibilidade com BitLocker/Secure Boot e slot para trava Kensington;
- **Construção e Peso:** Linha estritamente corporativa, estrutura resistente e peso máximo de até 1,6 kg.
- **Sistema Operacional:** Windows 11 Pro 64 bits OEM (Brasil), compatível com domínio/GPO;
- **Garantia:** Mínimo de 36 meses, tipo *on-site*, preferencialmente NBD (Next Business Day).

4.3 Computadores Desktop Ultracompactos (USFF)

Especificações mínimas:

- **Formato:** Desktop ultracompacto (Micro/Mini/USFF) compatível com fixação VESA;
- **Processamento:** Arquitetura x86-64, geração atual, mín. 10 núcleos, frequência turbo mín. 4,5 GHz e perfil de baixo consumo (TDP nominal máx. 35W);
- **Memória:** Mínima de 16 GB DDR5 (mínimo 4800 MT/s), expansível para no mínimo 32 GB;
- **Armazenamento:** SSD NVMe PCIe Gen4 (ou superior) de no mínimo 240 GB, com slot adicional M.2 para expansão.;
- **Vídeo e Conectividade:** Suporte a 4K@60Hz e operação com no mínimo dois monitores simultâneos. Interfaces: 1x Ethernet Gigabit, 1x USB-C (10 Gbps), 3x USB Tipo A 3.x, 1x HDMI e 1x DisplayPort.;
- **Segurança e Gestão:** Módulo TPM 2.0, suporte a BitLocker/Secure Boot e BIOS corporativa com suporte a gerenciamento remoto *out-of-band*.

- **Sistema Operacional:** Windows 11 Pro 64 bits OEM (Brasil), compatível com domínio/GPO;
- Saídas HDMI e DisplayPort;
- **Garantia:** Mínimo de 36 meses, tipo *on-site*, preferencialmente NBD (Next Business Day).

6. Requisitos da contratação

6.1. Procedência e Qualidade dos Equipamentos:

- Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, de primeiro uso e fabricação recente, em sua embalagem original.
- Todos os itens (monitores, notebooks e desktops) deverão pertencer obrigatoriamente à **linha corporativa** vigente do fabricante.
- Não serão aceitos, sob hipótese alguma, equipamentos destinados a linhas domésticas, gamers ou educacionais.

6.2. Requisitos do Fabricante:

- O fabricante deverá possuir presença comercial consolidada e rede autorizada de atendimento em todo o território nacional.
- O fabricante deve disponibilizar portal oficial para download de drivers, BIOS, firmwares e documentação técnica em português ou inglês

6.3. Garantia e Suporte Técnico:

- A garantia mínima deve ser de **36 (trinta e seis) meses** para todos os equipamentos.
- O atendimento técnico deverá ser do tipo **on-site** (no local de instalação), realizado em horário comercial.
- O prazo para atendimento deverá ser, preferencialmente, de **Next Business Day (NBD)** — atendimento no próximo dia útil após a abertura do chamado.

6.4. Compatibilidade e Licenciamento:

- Os notebooks e computadores devem vir com o sistema operacional **Microsoft Windows 11 Professional 64 bits OEM**, em português do Brasil, devidamente licenciado.
- Os equipamentos devem permitir a integração plena com a infraestrutura do CRO-MG, incluindo ingresso em domínio Microsoft Active Directory e aplicação de políticas de grupo (GPOs).

6.5. Sustentabilidade e Conformidade:

- Os equipamentos deverão possuir certificações de eficiência energética, como **ENERGY STAR** ou equivalente.
- É desejável a conformidade com padrões ambientais como TCO ou EPEAT.

7. Critério de julgamento:

7.1. O critério de julgamento da presente licitação será o de **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta e regime de fornecimento por **item**.

7.2. O julgamento será realizado com base nos requisitos mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos na descrição detalhada do objeto (item 4 deste Termo de Referência).

7.3. A aceitabilidade das propostas estará condicionada ao atendimento integral das especificações técnicas, prazos de entrega e condições de garantia exigidas.

7.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no **Art. 60 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se sucessivamente:

- Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada;
- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance).

-

7.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos no país ou que atendam a normas técnicas brasileiras, conforme a legislação vigente.

8. Estimativa do valor da contratação:

8.1. O custo total estimado para a presente contratação é de R\$ 458.548,68 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

8.2. O valor acima foi obtido por meio de levantamento de mercado e análise de soluções equivalentes, refletindo os preços praticados para equipamentos de perfil corporativo.

8.3. A distribuição dos valores estimados por item, conforme o planejamento para o exercício de 2026, está detalhada na tabela abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Monitores Corporativos	54	1.635,92	88.339,68
2	Notebooks Corporativos	30	7.566,30	226.989,00
3	Computadores Desktop Ultracompactos	20	7.161,00	143.220,00
TOTAL				458.548,68

8.4. *As quantidades informadas representam a estimativa global de demanda prevista no PCA 2026, não implicando aquisição integral neste processo, podendo a contratação ocorrer de forma parcial, conforme necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária.*

8.5. Os valores unitários apresentados possuem caráter referencial e servirão de base para a análise da aceitabilidade das propostas no certame licitatório.

8.6. Esta estimativa contempla não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também todos os custos diretos e indiretos, incluindo fretes, impostos, taxas e a garantia técnica *on-site* de 36 meses exigida.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entrega e Qualidade:

- Fornecer os equipamentos rigorosamente novos, sem uso anterior, de primeiro uso e em suas embalagens originais.

- Garantir que todos os equipamentos entregues atendam integralmente às especificações técnicas detalhadas no Item 4 deste Termo de Referência.
- Responsabilizar-se por todos os ônus diretos e indiretos necessários à entrega, incluindo fretes, seguros, tributos e encargos trabalhistas.
- Entregar os manuais e a documentação técnica dos equipamentos em português ou inglês.

9.2. Garantia e Assistência:

- Prestar garantia técnica integral de 36 (trinta e seis) meses para todos os itens, contados a partir do recebimento definitivo.
- Garantir o atendimento técnico do tipo on-site no local de instalação definido pelo CRO-MG.
- Cumprir o prazo de atendimento preferencialmente no próximo dia útil (Next Business Day - NBD) após a abertura do chamado.
- Manter portal oficial ativo para o download de drivers, BIOS, firmwares e atualizações de segurança durante todo o período de garantia.
- Suporte em horário comercial;
- Substituição de componentes defeituosos sem ônus adicional

9.3. Conformidade Legal:

- Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 horas, qualquer equipamento que apresente vício de fabricação ou divergência técnica no momento da entrega.
- Observar as normas de sustentabilidade e descarte, garantindo que os equipamentos atendam aos padrões ambientais como RoHS e ENERGY STAR.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Gestão e Recebimento:

- Designar um Gestor e um Fiscal de contrato para acompanhar a execução e atestar a conformidade da entrega.
- Realizar o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos após a conferência das especificações técnicas.
- Proporcionar as condições necessárias para que a Contratada possa realizar entregas ou atendimentos de garantia em suas dependências.

10.2. Operação e Manutenção:

- Responsabilizar-se pela instalação, configuração e integração dos equipamentos ao ambiente corporativo através da sua equipe interna de TI.
- Notificar a Contratada, formalmente e por escrito, sobre qualquer irregularidade, vício ou defeito constatado nos equipamentos.
- Manter os equipamentos em condições adequadas de uso, conforme as instruções dos manuais fornecidos.

10.3. Pagamento:

- Efetuar o pagamento à Contratada no valor e prazo estabelecidos, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

11. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

11.1. Local e Prazo de Entrega:

- Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CRO-MG, situada na Rua da Bahia, 1477, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte – MG.
- O prazo para a entrega integral dos itens será de até **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de fornecimento.
- As entregas deverão ocorrer em dias úteis, dentro do horário comercial de atendimento da instituição.

11.2. Condições de Entrega:

- Os equipamentos devem ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, lacradas e contendo todos os acessórios, manuais e cabos necessários para o pleno funcionamento.
- A entrega deve ser acompanhada das respectivas Notas Fiscais, contendo a descrição detalhada dos itens, marcas, modelos e números de série.

11.3. Do Recebimento Provisório:

- O Recebimento Provisório ocorrerá no ato da entrega, para fins de verificação da integridade física das embalagens e conferência das quantidades solicitadas.
- Este recebimento não implica na aceitação dos equipamentos, servindo apenas como comprovante de entrega física.

11.4. Do Recebimento Definitivo:

- O Recebimento Definitivo ocorrerá no prazo de até **15 (quinze) dias** úteis após o recebimento provisório.
- Durante este período, a equipe de Tecnologia da Informação realizará a conferência técnica detalhada para verificar a conformidade com as especificações exigidas (processadores, memórias, certificações e funcionamento).
- A compatibilidade técnica e a capacidade de atendimento à demanda do ambiente corporativo serão critérios decisivos para o aceite final.

11.5. Recusa e Substituição:

- Caso os equipamentos apresentem divergências técnicas, danos físicos ou falhas de funcionamento durante os testes, o CRO-MG recusará o objeto.
- A Contratada deverá providenciar a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, sem qualquer custo adicional para o Conselho.
- O prazo para recebimento definitivo será interrompido e reiniciado somente após a entrega corretiva dos equipamentos.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Prazo de Pagamento:

- O pagamento será efetuado pelo CRO-MG no prazo de até **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir da data do Recebimento Definitivo dos equipamentos e da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura eletrônica.

12.2. Condições para Emissão da Nota Fiscal:

- A Nota Fiscal deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com os dados da Nota de Empenho e conter a descrição detalhada dos bens, marcas, modelos e números de série, conforme verificado no ato do recebimento.
- Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigações financeiras ou irregularidades técnicas nos equipamentos entregues.

12.3. Regularidade Fiscal:

- O pagamento está condicionado à verificação, por parte do Conselho, da manutenção das condições de habilitação da Contratada, mediante consulta aos certificados de regularidade (SICAF, FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Receita Federal).
- Caso se constate situação de irregularidade fiscal, a Contratada será notificada para regularizar a situação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de suspensão do pagamento e aplicação de sanções.

12.4. Forma de Pagamento:

- O pagamento será realizado exclusivamente mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, informada na proposta ou no corpo da Nota Fiscal.

12.5. Reajuste e Atualização:

- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na Lei nº 14.133/2021.

13. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos equipamentos e do cumprimento das obrigações acessórias, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, conforme os arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A Administração designará, por meio de ato formal, os representantes que atuarão como **Gestor e Fiscal** da contratação:

- **Gestor do Contrato:** Responsável pela coordenação das atividades administrativas, controle de prazos e gestão financeira.
- **Fiscal Técnico:** Responsável pela verificação da conformidade técnica dos equipamentos (monitores, notebooks e computadores) com as especificações exigidas no TR e no ETP.

13.3. O **Fiscal Técnico** (preferencialmente vinculado à área de Tecnologia da Informação) terá as seguintes atribuições:

- Realizar a conferência técnica detalhada para fins de Recebimento Definitivo, verificando componentes internos (processadores, memórias, SSDs) e licenças de software;
- Monitorar o cumprimento da garantia técnica de **36 meses**, assegurando que os prazos de atendimento *on-site* (preferencialmente NBD) sejam respeitados pela Contratada;

- Reportar ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade técnica, vício ou defeito de fabricação identificado nos equipamentos;
- Avaliar a documentação técnica e os manuais entregues junto aos produtos.

13.4. Durante o período de vigência da garantia, a fiscalização técnica poderá solicitar à Contratada a comprovação de atualizações de *firmware* ou a substituição de peças, conforme previsto nos requisitos de suporte.

13.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vício redibitório.

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, ou o descumprimento dos preceitos legais vigentes, sujeitará a empresa às sanções previstas no **Art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, garantida a prévia e ampla defesa.

14.2. Poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

- **Advertência:** Por faltas leves que não prejudiquem a execução do objeto ou a rotina institucional do CRO-MG.
- **Multa:**
 - **Mora por atraso na entrega:** Multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da respectiva Nota de Empenho, limitada a 20% do valor total;
 - **Inexecução parcial ou total:** Multa de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do item, caso a empresa entregue equipamentos que não atendam às especificações técnicas de linha corporativa exigidas;
 - **Descumprimento do SLA de Garantia:** Multa de **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso no atendimento técnico *on-site* (NBD), após a abertura do chamado.
- **Impedimento de licitar e contratar:** Pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos em lei.
- **Declaração de inidoneidade:** Para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CRO-MG ou cobrado judicialmente.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste item não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos ou prejuízos causados ao Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais.

14.5. Na aplicação das sanções, o CRO-MG considerará a gravidade da infração, a reincidência, os danos causados e a razoabilidade da pena.

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. A presente contratação observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, buscando minimizar impactos ambientais negativos e otimizar o consumo de recursos naturais.

15.2. Em conformidade com o **Estudo Técnico Preliminar**, a Contratada deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

- **Eficiência Energética:** Os equipamentos devem possuir, sempre que possível, tecnologias que visem o baixo consumo de energia elétrica.
- **Certificações Ambientais:** Preferência por equipamentos que atendam aos padrões internacionais de sustentabilidade, como **RoHS** (restrição de substâncias perigosas), **ENERGY STAR**, **EPEAT** ou equivalentes.
- **Consumo em Standby:** Os monitores fornecidos devem apresentar consumo de energia em modo de espera (standby) inferior ou igual a **0,5 W**.
- **Gestão de Resíduos:** A destinação dos equipamentos substituídos e das embalagens resultantes da entrega deverá ser ambientalmente adequada, observando a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**.
- **Logística Reversa:** A Contratada deverá estar apta a adotar práticas de descarte sustentável por meio de logística reversa ou parcerias com empresas especializadas, caso solicitado.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A execução do objeto desta contratação será realizada conforme o planejamento previsto pela área de Tecnologia da Informação do CRO-MG para o exercício de 2026.

16.2. As atividades de instalação, configuração técnica e integração dos equipamentos ao ambiente corporativo (Active Directory, GPOs e segurança) serão executadas exclusivamente pela equipe interna de TI da Contratante.

16.3. Este Termo de Referência é parte integrante do processo administrativo nº **08304/2026**, estando plenamente alinhado às conclusões de viabilidade técnica e operacional do **Estudo Técnico Preliminar** que o fundamenta.

16.4. Os casos omissos neste documento serão resolvidos pelo Gestor do Contrato, com o auxílio técnico da área requisitante, observando-se os princípios da Administração Pública e a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021).

16.5. Eventuais dúvidas sobre as especificações técnicas ou procedimentos de entrega poderão ser esclarecidas junto ao setor de TI, sob responsabilidade do Sr. **José Roberto Trindade**.

Belo Horizonte/MG, 22 de maio de 2026.

José Roberto Trindade
Coordenador de Infraestrutura de TI